



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da
Hc | gpf c



13. Outras Obrigações

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	4233	4232
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	2.917.188	1.991.123
Marinha Mercante (FMM)	66.819	48.077
Outros	78	78
TOTAL	2.984.085	2.039.278
Saldo de curto prazo	2.921.201	1.991.201
Saldo de longo prazo	62.884	48.077

Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no valor de R\$2.917.188 (R\$1.991.123 em 2010), corresponde a, aproximadamente, 97,8% desta rubrica. Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota n°19), não apresentando vencimento. O saldo dessa obrigação é de R\$2.984.085 (R\$2.039.278 em 2010).

b) Os outros saldos estão substancialmente apresentados abaixo:

	4233	4232
Provisão para passivos contingentes	1.347.655	1.211.989
Ações trabalhistas (nota n° 28. c)	28.534	28.215
Ações civis (nota n° 28. c)	25.777	23.542
Contribuição previdenciária - CAPAF (nota n° 24)	404.984	373.084
Aposentados responsabilidade do Banco (nota n° 24)	62.172	61.832
Auxílio-saúde a aposentados (nota n° 24)	97.947	87.499
Provisão - FNO (nota n° 19)	604.319	526.651
Provisão para fundos de investimentos (nota n° 28. c)	18.173	19.398
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995(1)	57.055	47.674
Outras provisões operacionais	14.792	12.280
Outros	33.902	31.814
Obrigações por aquisição de bens e direitos (2)	40.743	27.811
Provisão para pagamentos a efetuar	59.868	57.074
Obrigações por convênios oficiais(3)	15.819	392
Demais	35.166	32.341
TOTAL	1.499.251	1.329.607
Saldo de curto prazo	480.554	378.942
Saldo de longo prazo	1.018.697	950.665

⁽¹⁾ Corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Cobranças em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação, totalizando, no período, R\$85.140;

⁽²⁾ Corresponde a contratos celebrados com diversos prestadores de serviços que se encontram em andamento e os mesmos fazem parte do programa de investimento que o Banco está realizando/implementando para a modernização dos seus sistemas operacionais. A contrapartida desse valor está registrada contabilmente no grupo do "Ativo Intangível", na conta de software desenvolvido e em desenvolvimento;

⁽³⁾ Corresponde ao registro, em nome dos respectivos beneficiários, dos créditos de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e similares, objeto do convênio de prestação de serviços entre o Banco e a Previdência Social, conforme determina a carta-circular n° 3.242/2006, do BACEN

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	4233	4232
De domiciliados no país	2.963.031.481	2.962.523.045
De domiciliados no exterior	1.565.281	2.073.717
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

b) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 59, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida aos acionistas deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social. Em 29 de dezembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária, o pagamento, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), a totalidade do lucro do exercício, ajustado na forma da legislação vigente, a ser apurado em 31 de dezembro de 2011.

Do resultado apurado no exercício, foi destacada a Reserva Legal e ao saldo remanescente foi acrescentada a realização da reserva de reavaliação. O valor resultante, no montante de R\$78.490, foi atribuído aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, com pagamento em 13.02.2012.

A destinação do lucro está demonstrada a seguir:

Lucro líquido do exercício	78.568
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(3.929)
Saldo após a Reserva Legal	74.639
Realização da Reserva de Reavaliação	3.851
Base de cálculo do JCP	78.490
JCP	(78.490)

Em 2010, a remuneração dos acionistas foi no montante de R\$110.953, na forma de juros sobre capital próprio.

c) Índice da Basileia (limite operacional)

Em atendimento às Resoluções CMN n°s 3.444/2007 e 3.490/2007, o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), para cálculo do Índice da Basileia, foram apurados conforme segue:

	4233	4232
PR Nível I	1.731.375	1.761.379
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	75.285	71.356
Reservas Estatutárias	602.847	602.847
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	3.352	2.892
Ativos Diferidos	(20.736)	(23.206)
Ajustes da marcação a mercado	(151.295)	(114.432)
PR Nível II	182.104	149.027
Reservas de Reavaliação	30.809	34.595
Ajustes da marcação a mercado	151.295	114.432
Patrimônio de Referência - PR	1.913.479	1.910.406
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.081.168	796.256
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	280	266
Parcela de risco operacional (Popr)	145.357	131.795
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.226.805	928.317
Parcela de risco de mercado (Rban)	2.744	4.203
Excesso/Insuficiência de PR (PR - PRE - Rban)	683.929	977.886
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	17,1%	22,6%

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no período estão assim resumidas:

	4233		4232	
	Imp. de Renda	Contrib. Social	Imp. de Renda	Contrib. Social
Lucro antes da tributação e participações	153.246	153.246	236.476	236.476
Participações Estatutárias	(6.744)	(6.744)	(12.439)	(12.439)
Juros sobre Capital Próprio	(78.490)	(78.490)	(110.953)	(110.953)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	68.012	68.012	113.084	113.084
Adições líquidas de caráter permanente	21.131	21.131	22.780	22.780
Adições líquidas de caráter temporário	103.367	103.367	147.278	147.278
Lucro tributável antes das compensações	192.510	192.510	283.142	283.142
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	28.876	28.876	42.471	42.471
Adicional de Imposto de Renda (10%)	19.227	-	28.290	-
Incentivos	(1.277)	-	(1.192)	-
Valores devidos	46.826	28.876	69.569	42.471
Realização Reserva de Reavaliação e outros	(1.584)	(950)	(412)	(247)
Valores registrados em resultado antes da ativação	45.242	27.926	69.157	42.224
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	(3.271)	(1.962)	(18.442)	(11.065)
Valores efetivamente registrados no resultado	41.971	25.964	50.715	31.159
% da desp. efetiva em rel. ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	61,7	38,2	44,8	27,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	4233	4232
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	581.196	575.963

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n° 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN n° 3.171/2002 e Deliberação CVM n° 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Saldo em 2010	Constituição	Realização	Saldo em 2011
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	170.470	41.793	(38.206)	174.057
Base de Cálculo	1.442.546	352.467	(339.385)	1.455.628
Imposto de Renda Diferido (25%)	360.636	88.117	(84.846)	363.907
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	857.422	293.223	(256.069)	894.576
Auxílio pós-emprego	414.654	17.451	(45.110)	386.995
Outras Provisões	163.438	41.793	(38.206)	167.025
Base de Cálculo	1.435.514	352.467	(339.385)	1.448.596
Contribuição Social Diferida (15%)	215.327	52.870	(50.908)	217.289
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	575.963	140.987	(135.754)	581.196
Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência	30,2%	-	-	30,4%
Participação dos créditos tributários no Ativo Total	6,8%	-	-	5,9%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2011, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos de imposto de renda	De 2017 a 2021					Total
	2012	2013	2014	2015	2016	
Crédito Tributário de Imposto de Renda	46.246	53.304	51.648	33.471	29.209	150.029
Crédito Tributário de Contribuição Social	27.747	31.982	30.989	20.082	17.526	88.963
Total dos créditos	73.993	85.286	82.637	53.553	46.735	238.992
Taxa média de captação ao ano (%)	9,02	9,78	9,38	9,14	9,07	-
VALOR PRESENTE DESTES ATIVOS	67.871	71.261	63.126	37.483	29.991	96.276

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
PARÁ

DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE